DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 1747/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/12281/2020
PROTOCOLO	: 2080569
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA - MS
JURISDICIONADO	: ROBERTO SILVA CAVALCANTI
CARGO DO JURISDICIONADO	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROESSO	: CONTROLE PRÉVIO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL 28/2020
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

CONTROLE PRÉVIO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME OCORRIDA EM MOMENTO ANTERIOR À REALIZAÇÃO DE ANÁLISE PRÉVIA DOS RESPECTIVOS DOCUMENTOS. PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS

1. RELATÓRIO

Tratam os autos do processo licitatório - Pregão Presencial n. 28/2020, iniciado pelo Município de Angélica/MS objetivando o registro de preços para eventual aquisição de material permanente e de consumo, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social, que foi encaminhado a esta Corte de Contas para fins de controle prévio, nos termos do art. 150, da Resolução TCE/MS n. 98/2018.

A equipe técnica da Divisão de Gestão de Fiscalização de Licitações, Contratações Púbicas e Parcerias apresentou sugestão no sentido do arquivamento do presente processo, uma vez que não houve a análise prévia dos documentos respectivos documentos antes da data designada para a realização da sessão pública do certame, o que acarretou na perda de objeto do controle prévio em tela (peça 12).

Ao emitir parecer, o Representante do Ministério Público opinou pelo arquivamento dos presentes autos ante a perda do objeto do controle prévio de licitação (peça 14).

É o relatório.

2. RAZÕES DE MÉRITO

Consta dos autos que a sessão pública referente ao processo licitatório - Pregão Presencial n. 28/2020 foi designada para o dia 8/12/2020 (peça 7). Por sua vez a equipe técnica da Divisão de Gestão de Fiscalização de Licitações, Contratações Púbicas e Parcerias informou não ter ocorrido a análise prévia dos respectivos documentos, em momento anterior ao da realização da referida sessão pública.

Portanto, se mostra evidente a perda de objeto do presente controle prévio, uma vez que decorreu o momento no qual deveria ter sido efetivada a análise dos documentos e atos administrativos referentes ao processo licitatório - Pregão Presencial n. 28/2020, providência esta que deverá ocorrer em sede de exame posterior conforme previsto no art. 156, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

3. DECISÃO

Diante dos fatos apresentados, acolho o parecer do Representante do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pelo **arquivamento** do presente Controle Prévio de Licitação em razão da perda de objeto, nos termos do art. 11, V, "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018.

É a decisão.

Encaminhe-se à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências, nos termos previstos no art. 70, § 2º, da Resolução TCE/MS n. 98/2018.

Campo Grande/MS, 12 de fevereiro de 2021.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

MLS